

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .ª)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A fábrica Queijo Saloio, em Torres Vedras, detida pelo grupo Queijos Santiago e com 60 trabalhadores, entrou em processo de insolvência e já encerrou as instalações.

Aos atuais 60 trabalhadores foi dada a ordem de irem para outra fabricante do grupo, na Venda do Pinheiro, no concelho de Mafra, também distrito de Lisboa, a mais de 30 quilómetros de distância. Acresce que a maioria destes trabalhadores auferem o salário mínimo nacional.

A empresa comprometeu-se a fornecer transporte aos trabalhadores, no entanto, esta não é uma medida vinculativa, pois não está inscrita nos contratos de trabalho e poderá ser revogada a qualquer momento.

A fábrica e a marca *Queijo Saloio* foram compradas há cinco anos pelo grupo *Queijos Santiago*. Em apenas cinco anos de nova gestão, a fábrica contraiu dívidas que se situam entre os 20 e os 25 milhões de euros, tendo a Caixa Geral de Depósitos pedido, em março último, a insolvência da fábrica.

O Bloco sabe que a fábrica fez pressão junto das instituições para que os seus trabalhadores fossem considerados trabalhadores essenciais durante o estado de emergência e continuassem a laborar. Para isso, compactuou a Câmara Municipal de Torres Vedras, fornecendo espaços para os filhos dos e das trabalhadoras. Todos os trabalhadores e trabalhadoras que se recusassem a regressar ao trabalho para prestar assistência aos filhos foram coagidos a regressar pela administração, pondo em causa o futuro dos seus postos de trabalho.

Iniciado o processo de insolvência, nunca foi equacionada nenhuma outra opção que não o encerramento, tendo a Comissão de Economia da Assembleia Municipal de Torres Vedras tomado conhecimento do mesmo em junho deste ano.

Com o encerramento e deslocalização dos postos de trabalho para outra unidade como única opção para os trabalhadores, muitos acabaram por se despedir, renunciando a qualquer direito

que tivessem.

É também importante referir que a empresa Queijos Santiago, tem usufruído de vários apoios públicos e financiamentos europeus, no âmbito de vários projetos, com objetivo de “dinamizar os territórios rurais” nomeadamente:

- Criação da estrutura produtiva agroindustrial para potenciar a criação de valor e a inovação da J.D. Portalegre, Lda., suportadas pela produção de bens transacionáveis e a internacionalização da empresa. ([https://queijossantiago.pt/pdf/PDR2020\\_333\\_JDP\\_vfinal.pdf](https://queijossantiago.pt/pdf/PDR2020_333_JDP_vfinal.pdf))
- Apoio financeiro da União Europeia | FEDER – 765 845,12 euros
- Apoio financeiro público nacional/regional |135 149,14 euros
  
- AlgaeGreeCheese - Queijos nutricionalmente enriquecidos com microalgas ([https://queijossantiago.pt/pdf/Ficha\\_de\\_projeto\\_45279.pdf](https://queijossantiago.pt/pdf/Ficha_de_projeto_45279.pdf))
- Apoio financeiro da União Europeia | FEDER – 159.763,97 EUR
  
- Investimento em equipamento para uma nova linha de produção de queijo fresco para barrar. ([https://queijossantiago.pt/pdf/Ficha\\_projeto\\_modelo\\_a2s.pdf](https://queijossantiago.pt/pdf/Ficha_projeto_modelo_a2s.pdf))
- DESPESA PÚBLICA 69.675,90€
- APOIO FINANCEIRO DA UNIÃO EUROPEIA 52.256,93€

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Pretende o governo, através deste ministério, incentivar a outras alternativas que não o encerramento da fábrica?
3. Pretende o governo investigar as causas que levaram à contração de uma dívida de grande montante em tão pouco espaço de tempo, à Caixa Geral de Depósitos, banco público?
4. Pretende o governo verificar a possibilidade desta empresa continuar a receber fundos públicos ao mesmo tempo que coloca em causa postos de trabalho e a soberania alimentar nacional?
5. Está o governo a acompanhar os trabalhadores nesta situação, nomeadamente verificando a sua legalidade, através de todos os meios legais disponíveis, incluído a Autoridade para as Condições no Trabalho (ACT)?
6. Tem o governo conhecimento do porquê de ter sido atribuído o estatuto de trabalhadores essenciais aos trabalhadores desta fábrica?

Palácio de São Bento, 8 de novembro de 2022

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

---

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.